

EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA CULTURA DIGITAL: PERVERSÕES E OPORTUNIDADES

Isabel Colucci Coelho¹

INTRODUÇÃO

As últimas duas décadas, como já amplamente anunciado e discutido, vêm sendo marcadas por alterações fundamentais e frequentes nos processos de comunicação, de forma que a leitura crítica das mídias torna-se, cada vez mais acentuadamente, um fator determinante para que estas sejam ferramentas de dominação ou libertação (KELLNER, 2004). Concomitantemente às transformações de ordem comunicacional, temos presenciado a conformação do quê o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2016) chama de sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas, em decorrência do esvaziamento de sentido da palavra democracia como modelo político articulador do Estado contemporâneo.

Nesta conjuntura, vislumbramos a mídia-educação como uma condição indispensável para a formação de sujeitos críticos que possam reconquistar à democracia seu verdadeiro sentido: vinculado à possibilidade de agência dos indivíduos sobre a estrutura social.

Como chama atenção o filósofo brasileiro Muniz Sodré (2012), o relacionamento dos sujeitos com a realidade passa hoje, necessariamente, pelas tecnologias da informação. Trata-se, de acordo com o autor, de uma mutação cultural de enorme acessibilidade aos conteúdos do saber e da conexão da diversidade cultural que, no entanto, não se irradia de forma evidente sobre a educação em suas formas institucionais. Essa aproximação demandaria, de acordo com o intelectual, uma *redescrição interpretativa* do processo educacional, uma *reinvenção*.

A realidade descrita compele o campo da educação a uma necessária reflexão sobre processos de comunicação. Entendemos que a apropriação crítica deste espaço pelo campo demanda o olhar sobre a estrutura que condiciona o desenvolvimento e os fluxos que se estabelecem no ambiente comunicativo que vem sendo edificado nos últimos anos. É neste sentido que desenvolvemos este trabalho.

¹ Isabel Colucci Coelho é Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. <https://orcid.org/0000-0001-6081-3618>

Martín-Barbero (2006), ao refletir sobre o atual contexto comunicativo ainda no início deste século, vislumbrou uma dupla perversão e uma dupla oportunidade. As perversões, ensina, se dão pela (i) conformação de mega conglomerados de produção midiática (noticiosa e cultural); e pelo (ii) aumento da vigilância e controle dos cidadãos pelos Estados. As oportunidades, por sua vez, emergem da (i) descentralização do texto como eixo da produção intelectual, uma vez que na internet são disseminados conteúdos em outras linguagens, especialmente a audiovisual; e (ii) das novas formas de participação política e engajamento nos assuntos da coletividade, que representam os embriões de um novo tipo de cidadania.

‘Complexo’ é o adjetivo que descreve o cenário desenvolvido desde a publicação do texto visionário de Martín-Barbero. Mas, por mais desafiador que seja, trata-se de uma discussão que deve estar no cerne das temáticas abordadas pelo campo.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NA RECONQUISTA DE UM MUNDO DESUMANIZADO

O intelectual brasileiro Paulo Freire defende em sua obra, que o ser humano tem por vocação ontológica ser um Sujeito criativo, consciente de si mesmo e que interage com o mundo e com os outros (LIMA, 2004). Essa vocação, segundo Freire, nunca desaparece, apenas pode deixar de ser exercida, caso o sistema social seja opressivo.

A agência sobre a estrutura social, para Freire, acontece com participação da comunicação, assim como defendem Arendt (2013) e Habermas (1990). Em *Comunicação ou Extensão* (1971), o brasileiro estabelece que “o mundo dos seres humanos é um mundo de comunicação” (p. 66). Para Lima (2004), com estas palavras o autor reclama uma dimensão política para a comunicação. Em *Pedagogia do Oprimido* (1977), Freire escreve:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. (p. 92 – grifos do autor).

Com este entendimento, o autor estabelece uma relação indelével entre palavra e práxis, já que defende que pronunciar o mundo implica em modificá-lo. Daí derivam as bases para a compreensão do que chamou de ação cultural dialógica para a liberdade: o caminho para que as pessoas e as sociedades possam reconquistar a voz *em um mundo desumanizado* (FREIRE, 1976).

Este pensamento é fundante para sua compreensão de educação, como algo que vai além da mera transmissão de informação. O diálogo sempre foi um elemento central em suas reflexões: “A

educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1971, p. 69). Deste pensamento deriva uma concepção mais ampla de educação, que a entende como co-participação de sujeitos no ato de conhecer.

Se educação e comunicação são processos que participam desta reconquista da voz pelas pessoas em um mundo desumanizado, justifica-se, ainda mais, o interesse do campo da educação pela internet – espaço que vem conformando o ambiente comunicacional contemporâneo. No entanto, o próprio desenvolvimento do ciberespaço não pode ser observado como um fenômeno único. Ele se altera e ganha novos atores ao longo de seus cerca de 30 anos de existência, de forma que sua consideração demanda uma observação crítica.

INTERNET E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: UM TERRITÓRIO PERDIDO?

Em sua origem, a internet foi criada como um *rossio* (SIMON; VIEIRA, 2008), um espaço público que possibilita a troca entre as pessoas, de forma a se constituir em um bem comum e possibilitar as grandes transformações sociais, culturais e tecnológicas que temos vivido (PRETTO, 2017). Como descreve Berners-Lee (2017), o criador do protocolo *web*, que interliga os conteúdos da internet e promoveu seu uso comercial: “uma plataforma aberta, que permite que qualquer um compartilhe informações, acesse oportunidades e se engaje na colaboração independentemente de barreiras geográficas²”.

Quase 30 anos mais tarde, a presença de grandes empresas mediando a comunicação travada na rede, bem como as políticas que vêm tecendo sua regulamentação³, o inquietam:

O sistema está falhando. A maneira como a receita de publicidade funciona com conteúdos caça-clique não está realizando *o objetivo de ajudar a humanidade a promover a verdade e a democracia*. Por isso, eu estou preocupado (BERNERS-LEE, 2017 – grifos nossos)

A atual conjuntura tem suscitado a indagação sobre a internet ter se tornado uma espécie de *território* perdido para aqueles que a vislumbravam como um possível espaço de emancipação social e fortalecimento de práticas democráticas, pois tem-se assistido à emergência de fenômenos

² Tradução nossa

³ Nesta entrevista, Berners-Lee se referia à intenção do governo do presidente estadunidense Donald Trump em aprovar uma lei que suspendia a garantia da neutralidade da rede no país – princípio que determina o tráfego não diferenciado de todos os pacotes de informação na internet, independentemente de quem é seu emissor. Significa, na prática, que ninguém pode pagar mais para ter seu conteúdo distribuído com mais prioridade, em detrimento de outros, o que é considerado central para a igualdade na rede.

como a difusão massiva de informações falsas; discurso de ódio; e o estímulo ao consumo (EVANGELISTA, 2016).

Diversas questões suscitam debate e devem ser consideradas para uma aproximação não-instrumental com a internet. Mas, esta reflexão passa por um outro debate: quando falamos na rede, falamos de um ambiente tecnicamente neutro? Alexander Galloway, professor de Mídia, Cultura e Comunicação da Universidade de Nova York, há quase 15 anos alertou que o controle da comunicação nunca deixou de existir com a rede e que é justamente o controle, e não liberdade, o princípio da internet (GALLOWAY, 2004). A explicação para esta tese é que a comunicação na web só pode ser realizada a partir de protocolos programáveis, que obedecem precisamente às regras estabelecidas.

(...) o protocolo é uma técnica para alcançar a regulação voluntária dentro de um dado ambiente. Esses regulamentos operam no nível de codificação - codificam pacotes de informações para que possam ser transportados; codificam documentos para que possam ser efetivamente analisados; codificam a comunicação para que os dispositivos locais possam se comunicar efetivamente com os dispositivos externos. Protocolos são muito formais; isto é, eles encapsulam informações dentro de uma embalagem tecnicamente definida, enquanto permanecem relativamente indiferentes ao conteúdo das informações contidas nele. Vistos como um todo, o protocolo é um sistema de gerenciamento distribuído que permite que o controle exista dentro de uma composição material heterogênea. (GALLOWAY, 2004, p. 7-8)

Os códigos que propiciam a comunicação na rede, portanto, obedecem à prerrogativas pré-determinadas por agentes humanos. Este entendimento vai ao encontro de Feenberg (2002), para quem não é a tecnologia que deve ser o enfoque das análises, mas sim *os valores antidemocráticos que orientam o desenvolvimento tecnológico*. O filósofo alerta que apenas a transformação destes valores é que podem proporcionar reformas sociais promissoras e afirma que mudanças fundamentais na sociedade atual só acontecerão com a transformação democrática da tecnologia.

Feenberg (idem) defende que os pesquisadores das ciências humanas precisam ampliar seus esforços reflexivos sobre a tecnologia, para que uma apropriação redesenhada dos aparatos, de forma a ir ao encontro das necessidades de uma sociedade mais livre, seja possível. Assim, afirma que o avanço do qual a sociedade moderna precisa implica na transformação da criação e gestão das bases tecnológicas.

O pensamento de Feenberg se ampara em sua concepção da tecnologia como uma moldura material para o desenvolvimento da sociedade contemporânea. Esta moldura gera práticas e organiza os processos de construção de sentido. “O significado de ser humano é decidido, em grande parte, na forma de nossas ferramentas” (idem, p. 19 – tradução nossa), afirma. Ela, no

entanto, não é determinista e pode ter seu interior alterado, em razão dos valores que articulam as tecnologias. Por isso, o autor é um entusiasta da ideia de que o desenvolvimento tecnológico deve ser democratizado e incluir valores e públicos diversos nas etapas de criação e gerenciamento das tecnologias utilizadas em sociedade.

Tal perspectiva implica na redução da influência do mercado na produção desta moldura, com o aumento da participação de segmentos estatais e civis. É neste sentido que torna-se fundamental a atuação de pesquisadores, ativistas e entidades de diversas naturezas por uma internet mais controlada pelas pessoas que por corporações e governos.

O relatório Internet Monitor 2014 (GASSER et al, 2014), produzido pelo Berkman Center for Internet and Society da Universidade de Harvard, coloca no topo da lista dos conflitos em relação à internet a dificuldade permanente na regulação dos espaços online, que acontece sobre *uma arena de disputas*. Ou seja: há uma etapa anterior à criação dos códigos que predefinem a comunicação que se trava na rede.

... o código sozinho não define os limites para comportamento online. A política e o direito desempenham um papel importante e as normas sociais e a ética continuam influenciar o comportamento online. A batalha pelo controle da Internet na área de direito, política e padrões de desenvolvimento está sendo travada sobre as areias movediças dos avanços tecnológicos, alguns a favor de privacidade e abertura, enquanto outros facilitam mais as restrições e a vigilância. (idem, p. 29 – tradução nossa)

Se a redefinição dos valores que orientam o desenvolvimento tecnológico depende da ampliação da participação das pessoas e do Estado como atores de influência, como prega Feenberg (2002), é justamente o contrário que vem acontecendo:

As empresas privadas controlam a grande maioria da infra-estrutura física da Internet e grande parte do software que repousa sobre ele e, portanto, desempenham um papel profundamente influente na definição de espaços online (GASSER et al, 2014, p. 31)

Intelectuais e ativistas descrevem o atual cenário com a metáfora de que a internet se transformou de praça em *shopping center*, já que são os espaços privados os mais frequentados. De fato, a média de tempo gasto nas redes sociais da internet (plataformas privadas, que não se comunicam com todo o ambiente da rede) é de 650 horas por mês, de acordo com o relatório Digital Future Focus Brazil 2015, da consultoria comScore. Trata-se da principal atividade realizada *online* no país, com 290 horas a mais que o acesso a portais, segunda colocada, de acordo com o relatório.

Refletir sobre os rumos do desenvolvimento da internet impõe considerar que ele ocorre dentro do contexto que os filósofos neomarxistas italianos (operaístas) chamam de capitalismo cognitivo: um modelo de produção marcado pela informatização; geração de serviços mediados por linguagens computacionais; e modelos de consumo baseados na segmentação de públicos e na representação de grupos sociais (*marketing e branding*) (MALINI, 2007).

Os empreendimentos do capitalismo cognitivo buscam a apropriação da produção coletiva, ao criarem ambientes em que as pessoas são estimuladas a voluntariamente permanecer dentro dos limites programáveis e das conexões pré-estabelecidas nas interfaces (ANTOUN; MALINI, 2010).

Desta forma, a internet vem reproduzindo a concentração que caracteriza o ambiente da radiofusão no Brasil e no mundo. Assim como os conglomerados de mídia, que eram cerca de 50 nos anos 1980 aproximadamente 20 no início dos anos 2000 (MORAES, 2005), as constantes fusões entre as empresas que operam na internet também têm reduzido o número de atores influentes nesta área.

As empresas Google e Facebook se destacam neste sentido. A primeira controla o principal buscador e diversas plataformas de serviços mais utilizadas (compartilhamento de vídeo - Youtube, mapas - Google Maps, e-mail - Gmail, armazenamento de arquivos - Google Drive, entre outros). A segunda, com sua rede social homônima, a rede social de compartilhamento de fotografias Instagram, o serviço de mensagens Whatsapp e o mensageiro instantâneo Messenger, é proprietária da maior parte dos serviços de mensagens instantâneas privadas em todos os países do mundo, à exceção da China.

Como identificou Pariser (2011), as redes sociais da internet operam o que chamou de filtros-bolha, combinações de algoritmos que privilegiam a exibição determinados assuntos em relação a outros, em função dos hábitos de interação *on-line* demonstrado pelos usuários. Ou seja, nos sites de relacionamento e nos buscadores, as pessoas tendem a receber conteúdos que vão ao encontro de suas próprias crenças. Por isso, não é possível pensar que a troca de comunicação na internet acontece de forma livre, espontaneamente gerenciada entre seus usuários.

Além disso, a troca informativa que se dá na rede, como já mencionado neste trabalho, está sendo condicionada pelo modelo de publicidade que orienta o desenvolvimento dos algoritmos das plataformas mais populares na internet. Como avalia Evangelista (2016):

As peças de informação alternativa, escritas a partir do ponto de vista dos sujeitos historicamente explorados, quando submetidas aos filtros sociais, algoritmos das redes proprietárias, vão tendo dois destinos igualmente ruins: ou desaparecem num mar de

irrelevância e futilidades; ou são tão simplificadas, para viralizarem ou se tornarem os populares memes, que pouco servem para produzir transformações sociais necessárias. Viram item para atizar torcidas, dão margem a perseguições personalizadas que atingem desnecessariamente indivíduos quando deveriam mirar as estruturas.

Os efeitos do modelo de publicidade que remunera pela quantidade de acessos são o incentivo ao desenvolvimento de um tipo de conteúdo que tem por finalidade atizar a curiosidade do leitor mesmo que para um texto de menor relevância, os textos ‘caça-clique’ (*clickbait* em inglês). Esta prática já é corriqueira inclusive por veículos da imprensa tradicional em seus perfis nas redes sociais da internet (FRAMPTON, 2015).

Como lembra Castells (2013), o desafio na internet não é falar, mas ser ouvido. A batalha por atenção tem influenciado a configuração das formas de diálogo na rede. Expressão disso é a complexa engenharia por trás da criação de perfis de usuários automatizados falsos, os robôs ou *bots*. Os *bots*, inclusive, têm tido relevante atuação na mobilização online de eventos políticos recentes no Brasil, como os protestos pelo impeachment da presidente da República Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2014 (ARNAUDO, 2017) e 2019 (NOBRE; ALMEIDA; FERREIRA, 2019).

NOTÍCIAS FALSAS E DISCURSO DE ÓDIO: QUESTÕES URGENTES

A conjuntura aqui descrita vem estimulando a perpetuação de dois fenômenos, que têm sido recorrentemente debatidos: as notícias falsas e o discurso de ódio na rede. Já em 2015, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de relatório do Conselho de Direitos Humanos, alertava sobre a difusão de mentiras em formato jornalístico e a defesa de ideias que discriminam e incitam violência sobre minorias políticas (ONU, 2015).

Em seguida, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) editou uma publicação com propostas de intervenção sobre a questão (UNESCO, 2015). De acordo com o documento, o fenômeno se situa na intersecção de múltiplas tensões e é a expressão de conflitos que atravessam o tecido social e demanda a consideração do limite entre liberdade de expressão e o direito das minorias.

No Brasil, diversas pesquisas fornecem dados que permitem que se vislumbre o acirramento da intolerância e violência em plataformas *on-line* de comunicação. O projeto Comunica que Muda, iniciativa de uma agência de publicidade, pesquisou mensagens nas redes sociais Twitter, Instagram e Facebook durante dois meses do ano de 2016 com um algoritmo que reunia posts sobre temas sensíveis, como racismo, posicionamento político e homofobia. Das quase 400 mil mensagens

filtradas, 84% continham preconceito e discriminação. O levantamento TIC Kids Online Brasil 2016 revelou que 41% das crianças e adolescentes pesquisados viram alguém ser discriminado na rede e 23% se sentiram diretamente discriminados na internet no último ano.

Waldron (2012) estabelece que este tipo de discurso desumaniza as minorias ao mesmo tempo em que dá coesão ao grupo que as discrimina, de forma a fortalecer seus laços. Especialmente em relação à desumanização das minorias, vem-se assistindo recentemente no Brasil a um entrelaçamento do discurso de ódio com a propagação de notícias falsas. Um exemplo disso foi a execução da vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, em ação que também vitimou seu motorista, Anderson Gomes.

Horas depois da execução a parlamentar, bissexual, negra, ativista dos direitos humanos e oriunda da favela da Maré, já circulavam informações que deturpavam sua história de vida. O conteúdo mais compartilhado sobre o assassinato na rede era falso, segundo análises do Laboratório de Estudos da Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Labic/UFES). Em artigo publicado no site do Instituto da Mulher Negra Geledés, Luara Silva Pereira narra como a memória da vereadora foi aviltada, pouco depois de seu assassinato:

A situação começou com algumas postagens publicadas pelo site Ceticismo Político, as quais afirmavam que Marielle era casada com o traficante Marcinho VP, que havia sido eleita pelo Comando Vermelho [facção do crime organizado] e que também tinha engravidado aos 16 anos. Logo após o referido site ter publicado as notícias sobre a vereadora, a página do Movimento Brasil Livre (MBL) no facebook compartilhou as fake news, chegando a gerar um alcance de mais de 360 mil compartilhamentos. (PEREIRA, 2018)

As ações de combate a este tipo de discurso podem ser reativas e as preventivas. As reativas são aquelas que delimitam o que configuram estas práticas e estipulam as penalidades a que estão sujeitos quem as pratica ou as publica. Já as preventivas se encontram vinculadas precisamente à educação. De acordo com a Unesco (2015), as estratégias educativas para combate ao discurso de ódio envolvem a aprendizagem sobre os direitos políticos, sociais e culturais dos indivíduos (denominada pelo órgão de educação para a cidadania) e o desenvolvimento de habilidades de leitura das mídias, no sentido de reconhecer e saber responder a este tipo de mensagem.

A emergência deste tipo de discurso traz para a superfície assuntos assentados na base da sociedade e faz com que não possam mais ser evitados. Desta maneira, impõem a discussão de problemas estruturais e históricos (FARIS et al.,2016). Por isso, os enxergamos neste trabalho como

uma oportunidade para a educação. Se os alunos vão ter contato com este tipo de conteúdo na rede, como fazer deste encontro uma chance para a superação do discurso discriminatório?

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao problematizarmos aspectos estruturantes da internet, com vistas à apropriação crítica e criativa deste meio pela educação, nos deparamos com questões desafiadoras, como: o domínio do ambiente por grandes corporações, a disseminação de conteúdos falsos e a ascensão de um tipo de discurso que discrimina e coloca pessoas em perigo em razão de seu pertencimento a grupos minoritários. Ou seja, buscamos demonstrar a não neutralidade deste espaço, que é permeado por uma disputa (desigual) entre o corporativo e o cívico, da qual resulta a perpetuação de uma série de práticas excludentes e perniciosas.

Os entraves começam pela exclusão. Não apenas em relação aos que não têm acesso à internet (39% da população brasileira de acordo com a TIC Domicílios 2016), mas também em relação a sua produção. Como já mencionado neste trabalho, apenas 10% dos países são considerados como público-alvo no desenvolvimento de aplicativos. Além disso, 75% dos desenvolvedores da internet são homens, de acordo com dados da ONU Mulheres⁴.

Tynes e Noble (2016) propõem interrogar como as relações de poder se organizam com as tecnologias digitais de comunicação. Elas defendem o questionamento de noções naturalizadas de imparcialidade dos softwares e hardwares, a partir do reconhecimento de que há uma lente pretensamente neutra para se observar a internet; uma lente formulada a partir de uma epistemologia masculina e, principalmente, branca. Por isso, as autoras argumentam sobre a necessidade de pesquisar abordagens teóricas e metodológicas que nos permitam intervir na organização das relações sociais que estão embedadas às tecnologias digitais.

O trabalho traz um importante chamado à observação consciente da não neutralidade do ambiente da web. Esta realidade nos impele a buscar, com a mídia-educação, o que Hall (2006) chama de *produção subalterna da diferença*.

O cenário aqui apresentado nos mostra que não é possível julgar a internet como benéfica ou maléfica, em uma perspectiva binária, posto que se trata de um ambiente de comunicação passível de apropriações. Assim, entendemos que a situação aqui relatada revela os desafios que se colocam para a educação no contexto da cultura digital têm, ao menos, dois aspectos principais:

4

<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-defende-investimentos-publicos-e-privados-em-igualdade-de-genero-para-aumentar-participacao-de-meninas-e-mulheres-em-ciencia-e-tecnologia/>

(i) a educação para o uso crítico e criativo da rede (mídia-educação), face às complexidades que se apresentem para que ela se configure como um espaço livre e dialógico de comunicação e;

(ii) a concretização de esforços de reconquista do que Freire chamou de mundo desumanizado, que tem como uma de suas expressões a transformação da web de russia em um ambiente altamente capitalizado.

A superação destes desafios demanda o desenvolvimento da capacidade de leitura crítica da mídia e de apropriação das tecnologias para a subversão da lógica programada (MACHADO, 2007). Mas, para além disso, solicita uma perspectiva de incorporação das TIC à educação que seja orientada pela integração da cultura colaborativa (que deu origem à própria criação da rede) aos processos formais de educação.

Em nosso ver, a oportunidade de reinvenção que as TIC trazem à educação (SODRÉ, 2012) demanda que este processo venha acompanhado de reflexões sobre a superação dos valores antidemocráticos que vêm guiando o desenvolvimento tecnológico, tal como preconiza Feenberg (2002). Ou seja, é preciso refletir sobre o uso de TIC na escola a partir de uma concepção de tecnologia que compreenda e seja desejosa de seu potencial transformador.

Neste sentido, encontramos na proposição de educação midiática para a democracia radical (KELLNER; SHARE, 2008) alguns princípios basilares que podem apontar para esta direção: (i) é preciso conhecer os códigos que operam sobre um determinado sistema para o posicionamento crítico e a interação criativa com ele; e (ii) a educação deve atuar sobre o aprendizado no sentido de dar poder aos alunos para usar e transformar o conhecimento com vistas à justiça social.

A ética hacker, a partir de seu entendimento como um *ethos* baseado no trabalho colaborativo, no compartilhamento irrestrito do conhecimento e no estímulo à autoria e à agência junto à comunidade em que se está inserido, pode se apresentar como uma abordagem profícua neste sentido. Tal perspectiva pressupõe compreender que a internet e os computadores não são ferramentas, mas espaços sociais.

A palavra *hacker* é frequentemente utilizada para se referir aos autores práticas criminosas, como roubo e estelionato, em ambientes digitais. Esta concepção, no entanto, difere substancialmente da adotada neste trabalho. Entendemos por *hacker* aqueles que dominam os códigos de um sistema e, a partir de suas habilidades e intenções, conseguem reprogramá-lo (ou subvertê-lo).

Assim, o que se propõe é uma *pedagogia inspirada na ética hacker*, a partir da hipótese é de que esta perspectiva pode favorecer a formação de cidadãos para a democracia na cultura digital (PRETTO et al., 2018).

REFERÊNCIAS

- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. Ontologia da liberdade na rede. A guerra das narrativas na Internet e a luta social na democracia. **Multitudes. Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 184-197, 2010.
- ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013
- ARNAUDO, Dan. Computational propaganda in Brazil: Social bots during elections. **Computational Propaganda Research Project**, Working Paper, n. 2017.8, 2017.
- BERNERS-LEE, Tim. Tim Berners-Lee on the future of the web: 'The system is failing' (ENTREVISTA). **The Guardian**, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/nov/15/tim-berners-lee-world-wide-web-net-neutrality>
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- EVANGELISTA, Rafael. **Internet, um território perdido?**, 2016 Disponível em: <https://outraspalavras.net/posts/internet-territorio-perdido/>. Último acesso em 21 de outubro de 2018.
- FARIS, Robert; ASHAR, Amar; GASSER, Urs; e JOO, Daisy. **Understanding Harmful Speech Online**. Berkman Klein Center Research Publication No. 2016-21, 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2882824> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2882824>. Último acesso em 21 de outubro de 2018
- FRAMPTON, Ben. "Clickbait: The changing face of online journalism." BBC News v. 14 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Ação cultural como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1971.
- FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited**. New York: Oxford University Press. 2002, 218p.
- GALLOWAY, Alexander R. **Protocol: How control exists after decentralization**. MIT press, 2004.
- GASSER, Urs and Zittrain, Jonathan L. and Faris, Robert and Heacock Jones, Rebekah, **Internet Monitor 2014: Reflections on the Digital World: Platforms, Policy, Privacy, and Public Discourse** (December 15, 2014). Berkman Center Research Publication No. 2014-17. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2538813>
- HABERMAS, Jürgen. **Guinada pragmática**. In: HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 65-148.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2006
- KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. **Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação**. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, 2008.
- KELLNER, Douglas. **Toward critical media literacy: core concepts, debates, organizations and policy**. **Discourse: studies in the cultural politics in education**. Queensland, v. 26, n.3. p. 369-386, 2005.
- LIMA, Venicio Artur de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001
- MACHADO, Arlindo. **Arte e mídia**. São Paulo: Zahar, 2007
- MALINI, Fabio. **O Comunismo das redes [1] sistema midiático p2p, colaboração em rede e novas políticas de comunicação na Internet/** Rio de Janeiro: PPGCOM UFRJ/ECO), 2007[1]Xi, 333p.

- MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. - Rio de Janeiro: Mauad, 2006
- MORAES, D. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, D. **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha M. **The intersectional internet: Race, sex, class, and culture online**. Peter Lang International Academic Publishers, 2016.
- NOBRE, Gabriel P., ALMEIDA, Jussara M.; FERREIRA, Carlos HG. "Caracterização de bots no Twitter durante as Eleições Presidenciais no Brasil em 2018." **Anais do VIII Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining**. SBC, 2019.
- PARISER, Eli. **The filter bubble: What the Internet is hiding from you**. Penguin UK, 2011.
- PEREIRA, Luara Silva. **Marielle Franco e as fakenews**, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marielle-franco-e-as-fake-news/> (último acesso em 18 de novembro de 2018)
- PRETTO, Nelson et al. **Conexão Escola-Mundo: espaços inovadores para formação cidadã**. Projeto de Pesquisa submetido ao CNPq. UFBA, 2018
- PRETTO, Nelson. **Educações, Culturas e Hackers: escritos e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/153/154>. Último acesso em 17 de agosto de 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.
- SIMON, Imre; VIEIRA, Miguel Said. O rossio não rival. In: PRETTO, N.; SILVEIRA, S. **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador, Bahia: UFBA, 2008, p. 15-30.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Editora Vozes Limitada, 2012.
- WALDRON, Jeremy. **The harm in hate speech**. Harvard University Press, 2012.

Fontes Documentais

- Organização das Nações Unidas. **Report of the Special Rapporteur on minority issues**, (Rita Izsák), 2015. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/000/32/PDF/G1500032.pdf?OpenElement>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Countering Online Hate Speech**. Paris: Unesco, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002332/233231e.pdf> (último acesso em 18 de novembro de 2018)

RESUMO:

Quando a cultura digital torna-se o contexto do mundo da vida, é imperioso refletir sobre a educação a partir de um novo paradigma de comunicação. Mas, que questionamentos devem perpassar estas reflexões? Que fatores constitutivos desta grande transformação social de base tecnológica devem ser levados em consideração nas reflexões do campo da educação a respeito de um ambiente comunicativo em constante mudança, onde encontra-se discurso de ódio, disseminação de informações falsas ao lado de empoderamento de minorias políticas e novas formas de ativismo? Este trabalho se propõe a pensar sobre as ameaças e oportunidades que se apresentam para a educação transformadora de pessoas em sujeitos na cultura digital e propõe ao campo esforços na direção da prática de uma pedagogia mais vinculada à cultura digital.

Palavras-chave: Cultura Digital. Formação Crítica. Mídia-educação.

ABSTRACT

When digital culture becomes the context of life, it is imperative to reflect on education from a new communication paradigm. But what questions should permeate these reflections? What constitutive factors of this major technological-based social transformation must be taken into consideration in the reflections of the field of education about a constantly changing communicative environment, where hate speech, the spread of false information alongside the empowerment of political minorities are found and new forms of activism? This paper proposes to think about the threats and opportunities that present themselves for the transformative education of people in subjects in the digital culture and proposes to the field efforts towards the practice of a pedagogy more linked to the digital culture.

Key words: Digital Culture. Critical Thinking. Media education

RESUMEN

Cuando la cultura digital se convierte en el contexto del mundo de la vida, es imperativo reflexionar sobre la educación desde un nuevo paradigma de comunicación. Pero, ¿qué preguntas deben impregnar estas reflexiones? Los factores constitutivos de esta importante transformación social de base tecnológica deben tenerse en cuenta en las reflexiones del campo de la educación sobre un entorno comunicativo en constante cambio, donde se encuentra el discurso de odio, la difusión de información falsa junto con el empoderamiento de las minorías políticas y nuevas formas de activismo? Este trabajo propone pensar en las amenazas y oportunidades que se presentan para la educación transformadora de las personas en temas de cultura digital y propone los esfuerzos de campo hacia la práctica de una pedagogía más vinculada a la cultura digital.

Palabras-clave: Cultura Digital. Formación Crítica. Educación en medios

Submetido e Aprovado em Outubro de 2019